

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/08/2013 a 31/08/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Dimensão da realidade do trabalho escravo na Citrosuco era impressionante, diz auditor – Site do MST. 06/08/2013	4
“Hora de reduzir o superávit primário para ampliar os investimentos na produção”. Leonardo Severo e Flávia Anjos – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf). 13/08/2013	8
Relatora da ONU defende aprovação imediata da PEC do Trabalho Escravo – Site do MST. 13/08/2013.....	10
Secretário de defesa agropecuária da Agricultura é exonerado. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 14/08/2013	13
A política agropecuária precisa chegar ao campo. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 15/08/2013.....	13
Autonomia econômica das mulheres foi um dos temas de audiência no MDS – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 19/08/2013	15
Agricultura suspende despacho sobre subvenção ao seguro rural. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 20/08/2013	16
Governo tem planos para resolver problemas territoriais dos índios. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 22/08/2013.....	17
Incra articula criação de grupo interministerial de governança fundiária no Brasil – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/08/2013.....	18
Corpo de trabalhador rural é encontrado em fazenda de Daniel Dantas no Pará. Agência Brasil - Site da Carta Capital, Política. 23/08/2013	19
Terras de propriedade da SLC Agrícola são avaliadas em R\$ 2,68 bilhões. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 26/08/2013	21
Fábrica de fertilizantes da Petrobras deve começar a produzir em 2014. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 26/08/2013.....	21
Nutriplant afirma que novo patamar do dólar beneficia receitas. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 27/08/2013	22
Coamo aprova investimentos de R\$ 465 milhões até 2015. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 27/08/2013	22
Senado aprova o PLC 42/2012, que trata da Sucessão Rural – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 27/08/2013.....	23
Receita do setor de implementos agrícolas cresceu 16,4% até julho. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 28/08/2013	24
Direitos indígenas: basta cumprir a lei. Padre Ton – Site da Carta Capital, Política. 28/08/2013.....	25
Financiamentos de máquinas e implementos agrícolas têm alta – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 29/08/2013.....	26

Programa do Mapa incentiva a sucessão familiar – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 29/08/2013 27

Dimensão da realidade do trabalho escravo na Citrosuco era impressionante, diz auditor – Site do MST. 06/08/2013

Da IHU On-Line

“Tínhamos uma boa noção do que encontraríamos, porém não tínhamos dimensão da realidade, tanto que fomos surpreendidos pela situação que encontramos no local”, disse Renan Barbosa Amorim, auditor fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, responsável pela fiscalização nos dois laranjais da Citrosuco.

Uma das maiores indústrias de suco de laranja do país, a Citrosuco foi multada pelo Ministério do Trabalho e Emprego na última semana, por manter trabalhadores em condições de trabalho escravo nas Fazenda Água Sumida, em Botucatu, e Fazenda Graminha, em São Manoel, cidades na região centro-sul paulista.

De acordo com Amorim, trabalhadores tiveram seus documentos retidos pela empresa e foram coagidos moralmente por causa de dívidas obtidas para poderem se manter no emprego.

A denúncia ao Ministério Público foi feita pelos próprios trabalhadores que, conforme explica o auditor fiscal na entrevista a seguir, concedida à IHU On-Line por telefone, “vieram com promessas de salário e de transporte, que seria bancado pela empresa, e quando chegaram ao local de trabalho encontraram uma casa pequena, que serviu de alojamento para 26 pessoas. (...) A casa, para se ter uma noção, não tinha nem banheiros e eles tinham de procurar – conforme relatos –, lugar no mato para fazer as necessidades, ou seja, era um local extremamente precário”.

Segundo Amorim, “as empresas ainda são muito reticentes, e assumem a questão trabalhista como um custo a ser reduzido e isso toma uma proporção grande”. De acordo com ele, no caso da Citrosuco, “os encarregados de turma recebem por produção, então querem simplesmente que os funcionários deem o máximo de rendimento com o mínimo de custos. Ou seja, há um descaso com o trabalhador”.

Para ele, os casos recorrentes de trabalho escravo em fazendas brasileiras estão diretamente ligados à falta de responsabilização penal. “Ainda não tivemos caso de alguém ser preso por trabalho escravo; conseguimos uma condenação por danos morais na esfera do Trabalho, algumas vezes a inclusão na lista suja das empresas”.

Renan Barbosa Amorim é auditor fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Confira a entrevista:

Como os órgãos públicos chegaram aos trabalhadores em situação de escravidão na Citrosuco? Foi uma fiscalização de rotina ou por meio de denúncia?

Neste caso os próprios trabalhadores denunciaram a gravidade da situação, mas não com todos os detalhes. Tínhamos uma boa noção do que encontraríamos, porém não

tínhamos dimensão da realidade, tanto que fomos surpreendidos pela situação que encontramos no local.

Essas denúncias ocorrem normalmente quando alguém procura os órgãos do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE ou o Ministério Público – MP, mas no caso da Citrosuco, como a situação estava realmente complicada, os funcionários se dirigiram ao MP, que depois se dirigiu ao MTE para pedir apoio. Entre a denúncia e a fiscalização houve um espaço de apenas dois dias, sendo que a denúncia foi feita no dia 30 de junho e a fiscalização no dia 2 de julho de 2013.

O que caracteriza o trabalho escravo? A que violações dos direitos civis tal prática está vinculada?

Existem duas convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que dispõem sobre o trabalho, e também existe o Código Penal Brasileiro. O artigo 149 define a condição análoga a trabalho escravo, o qual foi utilizado como referência na nossa fiscalização. O trabalho escravo é caracterizado pelo cerceamento da liberdade, que funciona de várias formas. A dívida é um exemplo: quando o empregador cria um fornecimento de bens e obriga os empregados a adquiri-los de forma que gera uma dívida impagável, trata-se de uma restrição indireta.

Outra forma é a restrição da liberdade pela retenção de documentos, por exemplo, retém a Carteira de Trabalho ou de identidade impedindo que o trabalhador se locomova porque não tem documentos. Existe a restrição de liberdade mais direta, feita, por exemplo, por armamento ostensivo. Tem ainda as condições degradantes de trabalho e a jornada exaustiva, quando o excesso de atividades toma uma proporção tão grande que afronta a dignidade do trabalhador, acaba com as forças físicas e impede a reposição de energias.

Os trabalhadores desse caso estavam sendo submetidos a que tipo de constrangimentos?

Primeiramente a retenção de documentos, pois a empresa desde a chegada deles reteve as carteiras de trabalhos. Em segundo, a questão da dívida, mas de uma forma indireta, pois o estabelecimento não era da Citrosuco.

Porém, por meio da encarregada de turma desses trabalhadores que vieram colher laranjas, eles fizeram dívidas em um supermercado com o aval dessa pessoa, e chegou a um ponto em que não conseguiram pagar o que deviam. Isso é que se chama de coação moral, pois eles tinham uma dívida, sentem-se presos a ela e não podem sair.

Por fim, trata-se de uma condição degradante, tendo em vista a condição degradante por conta do alojamento em péssimas condições – inabitável e sem a menor condição de permanência. A própria encarregada de turma que encontrou o local atestou em seu depoimento que não havia as mínimas condições.

Moradia

Um dos requisitos que caracteriza o trabalho escravo é o aliciamento. Os trabalhadores vieram com promessas de salário e de transporte que seria bancado pela empresa e quando chegaram ao local de trabalho encontraram uma casa pequena, que serviu de alojamento para 26 pessoas, que ficaram quase amontoados.

A casa, para se ter uma noção, não tinha nem banheiros e eles tinham de procurar – conforme relatos –, lugar no mato para fazer as necessidades, ou seja, era um local extremamente precário. Depois de três meses, como eles viram que não havia a menor condição de ficar, procuraram outro local para morar, e adquiriram dívidas. Ocorre que quando chegamos, não conseguimos fiscalizar a primeira casa, mas os depoimentos, tanto da encarregada de turma quanto dos trabalhadores, comentaram a situação da casa onde estavam.

A empresa em questão é umas das gigantes do setor. Nesse sentido, as sanções impostas, multas e as possíveis condenações podem gerar algum impacto significativo nas atividades da empresa?

Os autos de infrações do Ministério do Trabalho não têm impactos financeiros muito grandes. Só que por conta do trabalho escravo, as restrições são bem mais sérias, primeiro por conta da lista suja do MTE, que ao final do devido processo legal e do processo administrativo interno do MTE devem ter o nome inserido.

Depois é que vão aparecer impactos mais fortes, como restrição a crédito. Especificamente em São Paulo existe uma lei estadual que proíbe as empresas condenadas por trabalho escravo a operarem por dez anos. Essa sim é a consequência mais grave, pois tem-se o registro do ICMS cassado e não podem operar. Esta é a consequência mais grave para quem utiliza mão de obra análoga ao trabalho escravo.

Neste caso terminamos o relatório e encaminhamos às demais autoridades. Agora o MP deve entrar com uma ação neste sentido, para tentar a cassação do registro da Citrosuco.

A tática jurídica de utilizar um preposto como intermediador da contratação dos trabalhadores reduz a responsabilidade da empresa? Por quê?

Normalmente não acontece isso porque ocorre a subordinação estrutural. Neste caso, porém, trata-se de flagrante, pois havia uma funcionária da Citrosuco, com registro CLT. Além disso, os empregados também foram registrados pela Citrosuco e trabalharam em fazendas da empresa. A ligação com a empresa é muito forte, não tem como alegar que era responsabilidade de terceiros.

Considerando outros casos, como postura da fiscalização, o que se busca é tentar identificar quem é o real beneficiário do trabalho escravo. A relação de emprego é um contrato que chamamos de objetivo, não depende da formalização. Nesse caso o responsável pelo trabalho é aquele que se beneficia do trabalho, seja ele empregador ou não.

Este ano o grupo gestor da companhia foi condenado a pagar R\$ 400 milhões por condenações na Justiça Trabalhista devido a problemas de contratações terceirizadas. Como uma empresa com tal histórico pode estar em funcionamento?

A questão é que no Brasil não atingimos a responsabilização no ponto mais forte destas empresas, que é o econômico. Estamos começando a fazer o trabalho que está engatinhando e começa ter bons resultados. Vemos outros problemas, por exemplo, o que antigamente era uma das principais complicações da extração da cana-de-açúcar, migrou para a questão da laranja. Há um problema muito sério de gestão e as empresas parecem não estar preocupadas com a gestão de seus trabalhadores.

Qual o maior desafio do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, e Ministério Público do Trabalho – MPT, no sentido de fiscalizar e inibir a realização de trabalho escravo?

Primeiro temos uma grande dificuldade que é a falta de estrutura. Precisamos brigar com o próprio ministério para poder trabalhar. Para ter uma ideia da situação, quando estávamos voltando de uma das fazendas em que estávamos fiscalizando, por volta das 22h30, fomos parados pela polícia porque o documento da viatura estava vencido. Se acontecer algum problema semelhante em Bauru não temos viatura e ficamos presos sem ter como trabalhar.

Postura das empresas

Além disso, vemos que as empresas ainda são muito reticentes, assumem a questão trabalhista como um custo a ser reduzido e isso toma uma proporção grande. Nesse caso da Citrosuco, os encarregados de turma recebem por produção, então querem simplesmente que os funcionários deem o máximo de rendimento com o mínimo de custos.

Ou seja, há um descaso com o trabalhador. Outro problema é a responsabilização penal. Ainda não tivemos caso de alguém ser preso por trabalho escravo; conseguimos uma condenação por danos morais na esfera do Trabalho, algumas vezes a inclusão na lista suja das empresas. Fazemos esse trabalho na ponta, apesar de todas as dificuldades.

Deseja acrescentar algo?

O que mais preocupa é a estrutura do combate, porque a falta do mínimo de condições emperra muito nosso trabalho. Gostaríamos de aprofundar mais e fazer mais fiscalizações, mas o descaso do governo com a nossa atuação atrapalha demais o andamento das nossas tarefas.

Sobra, no final das contas, para o trabalhador que busca as autoridades, e o que é difícil fica ainda pior nessa situação. Imagina pessoas totalmente abandonadas que tiveram de buscar o Ministério do Trabalho para buscarem seus direitos? A nossa maior dificuldade é conseguir trabalhar.

“Hora de reduzir o superávit primário para ampliar os investimentos na produção”. Leonardo Severo e Flávia Anjos – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf). 13/08/2013

Afirmou Vagner Freitas na abertura do III Congresso da Fetraf/CUT). O presidente cutista saudou a federação como símbolo da luta por liberdade e autonomia

“A hora é de reduzir o superávit primário para ampliar os investimentos na produção. A população foi às ruas por saúde, educação e transporte públicos de qualidade e nós não podemos ficar guardando dinheiro para rolagem de dívida”, afirmou o presidente da CUT, Vagner Freitas, nesta terça-feira (13), em Luziânia, durante a abertura do III Congresso da Fetraf/CUT (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar).

Na avaliação do líder cutista, o momento é de “tributar as grandes fortunas, pois precisamos de recursos públicos para o desenvolvimento, para construir um país diferente”. “Rico no país não paga imposto e esse governo não pode compactuar com isso”, assinalou Vagner, sob aplausos dos cerca de 800 delegados de 18 estados.

Saudando a ação da Fetraf/CUT como um símbolo da luta por liberdade e autonomia sindical, o presidente cutista conclamou os presentes a fortalecerem a pressão por mudanças, “pois precisamos ir além do crescimento econômico, necessitamos lutar para mudar o Estado brasileiro, burguês e concentrador de renda”. Entre as prioridades do momento, apontou, a CUT está nas ruas e no Congresso Nacional para barrar o PL 4330, que aprofunda a precarização e a terceirização. “Querem que o trabalhador ganhe a metade, trabalhe duas vezes mais e fique sem direito nenhum”, condenou.

Para o país avançar, acredita Vagner, além das reformas política, tributária e agrária, é necessário garantir um novo marco regulatório para as comunicações, “ou não vamos ter democracia nunca”. “Não há liberdade de expressão no Brasil, pois ela fica restrita ao dono da Globo, da Folha. Nós não queremos censura, queremos regulação”, sublinhou.

SOBERANIA NACIONAL E NUTRICIONAL

A presidenta da Fetraf-CUT, Elisângela Araújo, destacou o papel dos cutistas na disputa por um modelo de desenvolvimento inclusivo, “de um mundo rural com gente vivendo com qualidade de vida”. Daí, apontou, a relevância de maiores investimentos na agricultura familiar e camponesa, na reforma agrária e na distribuição de terra.

“Fortalecer a agricultura familiar é defender a soberania nacional, alimentar e nutricional, é defender um projeto sustentável no plano econômico, social e ambiental”, declarou Elisângela, que encerra no Congresso o seu segundo mandato.

Para Rosane Bertotti, secretária nacional de Comunicação da CUT e também dirigente da agricultura familiar, a ação coletiva, comandada por Elisângela, potencializou a unidade e enraizou a organização da Fetraf, fortalecendo a participação feminina e da

juventude, “essenciais para avançarmos rumo à construção de uma sociedade e um país mais justos e igualitários”.

Prestigiando o evento, o vice-governador do Maranhão, Washington Luiz defendeu a importância estratégica da agricultura familiar para o projeto de desenvolvimento nacional e a relevância para o Brasil de que os trabalhadores tenham atendidas as suas reivindicações “no campo e na cidade”.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, lembrou os 10 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, no qual foi construída uma nova visão de reafirmação de direitos e inclusão social. “O movimento da classe trabalhadora permitiu avanços e conquistas para toda a sociedade. Enfrentamos desafios e alcançamos uma melhor garantia de renda, além da assistência técnica rural e da reforma agrária. No momento, o desafio maior é garantir os direitos da juventude no meio rural. Tenho certeza que a Fetraf irá estabelecer essa pauta de luta para o próximo período”.

FETRAF É REFERÊNCIA

A ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, lembrou o muito do que significou para o campo brasileiro a existência da Fetraf nos últimos oito anos, desde a luta pela consolidação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), até a política de construção de habitações rurais. “Graças ao trabalho, ao empenho e à mobilização da Fetraf avançamos muito em várias áreas como o acesso à educação e à saúde no campo”, disse.

Representando o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Ênio Duarte destacou o papel da Federação na consolidação dos avanços da instituição na área rural. Conforme Ênio, o Sebrae já atende 123 mil produtores rurais, mais de 85% deles da agricultura familiar, o que representa maior capacidade de gestão, cooperação, ação coletiva e inovação tecnológica.

O diretor executivo de Transferência de Tecnologia da Embrapa, Valdir Stumpf, apontou a importância da parceria com a Fetraf para que a empresa possa cumprir com seu papel na melhoria das condições de produtividade e colocar alimento de qualidade na mesa dos brasileiros.

VALORIZAÇÃO

O diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, Clenio Severio Teribebe falou da admiração e do respeito pelos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar e por sua entidade. Ressaltou também o compromisso do Banco do Brasil com os agricultores, aos quais disponibilizou 126.3 bilhões reais como oferta de crédito no último período. “Com a parceria do Banco do Brasil com o Ministério do

Desenvolvimento Agrário, cerca de 70% dos empréstimos realizados são voltados para essas famílias. Com o apoio da Fetraf, até o final do evento irão surgir novas sugestões para aprimorar o crédito no meio rural”, acrescentou.

Representando a Secretaria da Juventude do governo federal, Severine Macedo reiterou o direito de escolha dos jovens entre permanecer ou não no campo. Em sua intervenção, ela lembrou o início da sua trajetória como militante e dirigente da Fetraf e reafirmou a importância em atender a juventude com projetos que visam melhorar a educação, saúde e novas tecnologias. “Precisamos reafirmar a luta, necessitamos da Fetraf organizada com movimentos que qualifiquem a vida da juventude. Não pretendo sair da Secretaria sem construir um programa para jovens”, disse.

A abertura do Congresso contou também com a presença de Noemi Aparecida Lemes, superintendente de Habitação Rural e Entidades Urbanas da Caixa Econômica Federal. Noemi apontou dados positivos em relação ao crédito habitacional rural: 80 mil casas estão em construção e até o final de 2013 a Caixa tem como meta disponibilizar 100 mil casas no projeto de habitação rural.

O evento tem como tema principal a sucessão no campo. Os três dias de Congresso vão debater melhorias nas políticas sociais para a área rural, com prioridade para a educação, saúde e novas tecnologias.

Dialogando sobre a necessidade de enfrentamento e superação desses desafios, o deputado federal Pedro Westphalen (PT-RS), frisou a importância de uma estrutura educacional que atenda a juventude no campo. “92 % dos jovens do Sul que conquistaram a faculdade concluíram o ensino médio em escolas públicas e boa parte deles fazem parte das famílias de agricultores. Devemos essa conquista aos movimentos sociais, a luta que virou organização sindical e se consolidou em um partido político”, concluiu.

Relatora da ONU defende aprovação imediata da PEC do Trabalho Escravo – Site do MST. 13/08/2013

Por Daniel Santini

Da Repórter Brasil

A advogada armênia Gulnara Shahinian, Relatora Especial da ONU para formas contemporâneas de escravidão, enviou na última sexta-feira (9) carta aberta aos senadores brasileiros defendendo a aprovação imediata da Proposta de Emenda Constitucional 57A, que prevê a expropriação de propriedades em que for flagrado trabalho escravo e sua destinação para reforma agrária ou uso social (no caso de áreas urbanas). Mais conhecida como PEC do Trabalho Escravo, a medida tramita há mais dez anos no Congresso Nacional e, após idas e vindas para a Câmara dos Deputados em função de alterações, voltou ao plenário do Senado na última quarta-feira (7). O texto pode ser votada ainda esta semana, mas senadores da Frente Parlamentar de Agropecuária, a

chamada Bancada Ruralista, condicionam sua aprovação à descaracterização do que é trabalho escravo.

Além do risco de tornar inócua a PEC do Trabalho Escravo, a negociação de uma nova definição legal pode atrasar ainda mais a votação. Em sua mensagem, a relatora manifesta preocupação com a discussão de um novo conceito e defende que o atual, detalhado no Artigo 149 do Código Penal, atende plenamente ao que está previsto nas convenções internacionais contra trabalho forçado das quais o Brasil é signatário. Ela ressalta que o trabalho desenvolvido pelo país no combate é exemplar e também parabeniza os avanços em nível estadual, citando a lei paulista nº 14.946/2013, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr. (PSDB), que prevê a cassação de ICMS de empresas flagradas com escravos. A lei paulista foi regulamentada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) em maio.

Arquivo Bianca PylTrabalhador resgatado da escravidão em carvoaria no Pará (Foto: Divulgação/MTE)

Leia abaixo a carta enviada ao Senado:

"Carta aberta aos Senadores do Congresso Nacional do Brasil*

Excelências,

Senadores do Congresso Nacional do Brasil

Tenho a honra de escrever para parabenizá-los pelas importantes iniciativas legislativas alcançadas pelo Brasil recentemente na luta contra o trabalho escravo em nível estadual. A partir de São Paulo, essa legislação coloca um importante precedente na luta contra escravidão e tem recebido apoio em outros Estados.

Com esta carta, gostaria também de aproveitar a oportunidade e compartilhar pensamentos sobre acontecimentos recentes que preocupam a mim e a todos que lutam para combater a escravidão no mundo moderno, tendo em vista que considero o Brasil como o país que desenvolveu modelos exemplares para o combate à escravidão.

Em 2010, quando visitei o Brasil pela primeira vez em missão oficial, tive a oportunidade de encontrar muitas pessoas: autoridades governamentais, Senadores, representantes de agências internacionais, líderes da sociedade civil e vítimas da escravidão. Havia unanimidade e esperança de que a Proposta de Emenda Constitucional 57/A fosse a lei que, adotada prontamente, traria proteção e restauraria a Justiça e a dignidade para tantas pessoas vítimas da escravidão no Brasil.

Lembro-me bem do meu encontro com vocês Senadores e o entusiasmo que senti quando vi como a vontade do povo e os interesses políticos envolvendo o país estavam de mãos dadas. Senti orgulho de ser convidada a acompanhar um grupo de Senadores que estava reunindo assinaturas de pessoas de todo o país em apoio a essa emenda. Foi um ato de democracia em ação e um evento muito memorável.

Quase três anos se passaram desde então e aconteceram muitas discussões sobre a Emenda. É encorajador saber que houve progresso e neste meio tempo a Emenda ganhou apoio de mais Senadores.

Eu acompanhei também com atenção o debate sobre a redefinição do que é trabalho escravo na lei brasileira. Conforme mencionei em relatório anterior e em entrevistas, apoio fortemente a atual definição que consta no Artigo 149, já que ela está em consonância com todas as prerrogativas da lei internacional, especificamente da Convenção sobre Trabalho Forçado da Organização Internacional do Trabalho de 1930, e da Convenção pela Abolição do Trabalho Forçado da Organização Internacional do Trabalho de 1957. É importante ressaltar que a definição atual de trabalho escravo na lei prioriza a proteção de direitos básicos dos trabalhadores: direito à liberdade e direito a condições dignas de trabalho. Esses são valores importantes da lei. Estou preocupada que as discussões sobre a redefinição do conceito do trabalho escravo atrasem de maneira desnecessária a adoção da Proposta de Emenda Constitucional 57/A, tão aguardada por tantos homens, mulheres e crianças, submetidos à escravidão na agricultura.

Além disso, conforme apontei no relatório e durante workshop posterior realizado em novembro de 2012, o problema em relação à lei não é a definição de escravidão, mas sua implementação. Durante meus encontros com autoridades governamentais em Brasília e Genebra, enfatizei a necessidade de aplicação estrita da lei e de fortalecer ações da Polícia Federal para investigar e abrir inquéritos criminais contra quem perpetua o trabalho escravo.

O meu mandato como relatora de formas contemporâneas de escravidão termina na primavera (outono no Brasil) de 2014 e eu gostaria de agradecer a todos que trabalham para a erradicação do trabalho escravo, pela transparência e cooperação com meu trabalho.

O Brasil tem muita vontade e potencial para erradicar a escravidão e garantir a proteção necessária a todos submetidos à escravidão no país. Essas pessoas não podem esperar mais. Escravidão não pode continuar presente nem continuar afetando pessoas no Brasil. Todos os esforços devem ser feitos para erradicar a escravidão e eu gostaria de parabenizar todas as ações anteriores e futuras para lidar com essa questão, e, juntamente com o Governo, criar as condições para garantir a todos liberdade, proteção e trabalho decente.

Por último, permitam-me reiterar minha sincera vontade de permanecer sempre uma grande admiradora e amiga desse país extraordinário que é o Brasil.

Respeitosamente,

Gulnara Shahinian,

Relatora Especial da ONU sobre formas contemporâneas de escravidão

Secretário de defesa agropecuária da Agricultura é exonerado. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 14/08/2013

BRASÍLIA - Sob pressão do PMDB, o Ministério da Agricultura oficializou hoje a exoneração do secretário de defesa agropecuária, Enio Marques. Em seu lugar, assume Rodrigo Figueiredo. A mudança foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira.

Com a exoneração de Marques, o ministro Antonio Andrade (PMDB-MG) aprofunda as alterações na gestão da pasta. No Diário Oficial de União de ontem, o Ministério já havia publicado a exoneração de outros três dirigentes.

Além da demissão de Enio Marques, deixaram o Ministério da Agricultura o secretário de produção e agroenergia da Pasta, João Paixão, o diretor do departamento de promoção internacional do agronegócio da secretaria de relações internacionais do agronegócio, Marcelo Junqueira, e o diretor do departamento de infraestrutura, logística e parcerias institucionais da secretaria de desenvolvimento agropecuário e cooperativismo, Marcelo Andrade.

O advogado Rodrigo Figueiredo já atuou na Pasta entre os anos de 1999 e 2003. Lá passou pelos cargos de coordenador-geral de convênios, assessor especial do ministro, chefe de gabinete da secretaria executiva do ministério e assessor da secretaria de desenvolvimento agropecuário e cooperativismo.

Para voltar à Pasta, Figueiredo deixou o comando da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Prefeitura de Cuiabá, função que exercia atualmente, segundo comunicado do Ministério da Agricultura.

Além da passagem anterior pelo Ministério da Agricultura e do cargo em Cuiabá, Figueiredo, de 47 anos, já integrou os conselhos fiscais da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (Casemg). Também foi membro do conselho da administração da Embrapa.

A política agropecuária precisa chegar ao campo. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 15/08/2013

Não basta gestão estratégica e burocracia em Brasília. É preciso dar auxílio ao agricultor, em especial o pequeno e o médio, que geralmente atuam por conta própria

A quem o Estado deve proteger perguntava o título da última coluna.

Em 28 de junho de 2012, a presidente Dilma Rousseff anunciou a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). Seria uma EMATER-MÃE, pois os filhotes são ligados aos governos estaduais.

Precisa? Precisa, mas tá enrolado. Tanto que será adiada para o próximo ano. O Congresso diz que recebeu tarde o projeto, há que aprová-lo em várias comissões, emendar, definir membros, ser enxuto, diz o ministro Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrário.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) não vai ao campo. É o que mostra a sua estrutura seja lá quem assim a tenha definido.

Fica entre arrulhos de trâmites burocráticos e regulatórios. Os ministros, em posses que não são poucas, tratam de anunciar iminentes reformas de gestão, até hoje adiadas.

Prolífero em assessorias, gabinetes e secretarias, o MAPA cuida de gestão estratégica, relações internacionais, meteorologia, registros de produtos, defesa agropecuária, e políticas várias, estas sem qualquer consequência para os agricultores, que as praticam de própria conta.

Mesmo após a vassoura de uma bruxa ter feito despencar à metade a produção de cacau - 400 mil toneladas lá na década de 1980 - desde 1957, mantém-se uma Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) com diretor em Brasília e cerca de 40 chefias espalhadas nesta Federação de Corporações a que deram o bonito nome de Brasil.

Em sua coroa, o MAPA expõe duas joias: a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), que cuida da armazenagem da produção agrícola e realiza levantamentos essenciais para o setor; e a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), de importância reconhecida.

Raras e verdadeiras, pois vão ao campo, embora não a todo ele.

Existe enorme fosso a separar o grande agricultor, dito empresarial, dos pequenos e médios, ditos, nem sempre apropriadamente, familiares. Equívocos semânticos de lado, a vida na economia rural é mais ou menos essa.

Tal distância poderia diminuir fossem ampliados os investimentos em extensão rural.

Nos últimos anos, foram criados vários programas de apoio à agricultura familiar. Poucos, no entanto, visaram ou tiveram vigor para ampliar o uso de tecnologias e práticas agrícolas adaptadas aos perfis e dimensões desse tipo de empreendimento rural.

A maior parte quis financiar a atividade. Conseguiu. Na última safra, pela primeira vez desde 2003, foram contratados, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), valores (R\$ 19,2 bilhões) acima do disponibilizado (R\$ 18,0 bilhões) para investimento e custeio. Ótimo. Mostra disposição do segmento em apostar no que faz.

Pena que, isolado, isso não assegure viabilidade econômica. Pode faltar produtividade para amenizar eventuais perrengues de comercialização. Sem demanda ou preços

remuneradores, os empréstimos a juros favorecidos podem resultar em dívidas de futuro indefinido.

Defasado em sete anos, o Censo Agropecuário 2006, do IBGE, mostrou que apenas 22% do 5,3 milhões de estabelecimentos agropecuários recebem algum tipo de orientação técnica, participação que cai pela metade quando se trata de pequenos produtores. Não se imagine ter havido grande melhora.

Se nas grandes propriedades 70% desse apoio tem origem particular, nas pequenas a participação se inverte e cai nos braços estatais.

Não poderia ser diferente. Ou, sei lá, até poderia, sonhássemos possível que fabricantes de insumos, corpos técnicos de cooperativas, escritórios de planejamento, não mirassem apenas vender produtos, serviços e interesses.

Como nessas horas o Estado passa a prestar, será bom que a Anater saia logo do papel.

Autonomia econômica das mulheres foi um dos temas de audiência no MDS – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 19/08/2013

As mulheres trabalhadoras rurais foram recebidas na tarde desta segunda-feira, 19 de agosto, pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campelo. Esta audiência integra a agenda da Jornada das Margaridas 2013 e a pauta contou com debates sobre a autonomia econômica das mulheres, passando por programas governamentais como de Aquisição de Alimentos (PAA), de Alimentação Escolar (PNAE), de construção de cisternas, Brasil Carinhoso, Bolsa Família, Assistência Técnica, Pronatec, dentre outros. A reunião contou com a presença da secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, Alessandra Lunas, da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), de coordenação regional da CONTAG, de parceiras da Marcha das Margaridas e da assessoria da Confederação e das FETAGs.

Alessandra Lunas iniciou a audiência fazendo uma exposição dos elementos gerais da pauta da Jornada desse ano, principalmente os que têm relação com a garantia da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais. A dirigente também destacou que uma das demandas é a necessidade de agilizar o julgamento do assassinato de Margaridas Alves, que ocorreu há 30 anos. Outra é a implementação da Política Nacional de Agroecologia para garantir a inclusão produtiva das mulheres. “A política de creches no campo é outra demanda forte para a autonomia das mulheres trabalhadoras rurais e o desenvolvimento das crianças, que também perpassa pelo debate sobre o trabalho infantil”, explica a secretária.

Outros pontos destacados por Alessandra e pela CNMTR foram: necessidade de adequar a matriz pedagógica do Pronatec para o público rural; da ATER também focar

nos nichos de produção e não só na atividade principal da propriedade rural; a dificuldade em acessar os programas Primeira Água e Segunda Água, o Pronaf Mulher e PAA, e outros.

Depois de todas as exposições, a ministra Tereza Campelo fez alguns comentários e destacou que as políticas de gênero estão presentes nas ações do ministério. “Colocamos a mulher no centro da nossa pauta ao torná-las beneficiárias dos nossos programas sociais. Há um processo de empoderamento da mulher a partir do Bolsa Família, que completa 10 anos. E, ao longo desse período, temos colhido um conjunto de resultados importantes, como o aumento do número de mulheres fazendo o pré-natal, por exemplo”.

No entanto, a ministra admitiu que a pauta da educação do campo ainda é um desafio a ser superado. “Temos avançado muito com o Pronatec, mas o programa precisa avançar muito ainda no campo. Precisamos avançar, principalmente, nas regiões onde os trabalhadores e as trabalhadoras estão sofrendo com a mecanização na agricultura”. Como os Institutos Federais não dão conta da enorme demanda para o Pronatec, a ministra abriu um diálogo sobre a possibilidade de inserir o Sebrae para a qualificação no campo, por ter maior capilaridade no país.

Tereza Campelo anunciou uma das metas do MDS, até o final do mandato da presidenta Dilma Rousseff: “queremos universalizar o acesso à cisterna de placa.” A ministra também informou que o MDS tem recursos para investir em creches públicas ou conveniadas ao setor público que abrirem vagas para crianças atendidas pelo Bolsa Família. Além disso, orientou que as mulheres trabalhadoras rurais ajudem a difundir as alterações no PAA e PNAE, que permite que as compras de alimentos da agricultura familiar também sejam feitas por outras instituições públicas, como hospitais, presídios, universidades, restaurantes populares, Exército, dentre outros. “A lei permite e é muito mais interessante, porque todos poderão comprar alimentos mais saudáveis”.

Agricultura suspende despacho sobre subvenção ao seguro rural. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 20/08/2013

BRASÍLIA - O Ministério da Agricultura suspendeu nesta terça-feira o despacho que havia sido publicado ontem no “Diário Oficial da União” (DOU) que previa a regulamentação para ofertar subvenção ao prêmio do seguro rural por meio de leilão. O novo despacho foi publicado no DOU de hoje e é assinado pelo ministro da Agricultura, Antônio Andrade.

O texto suspenso previa que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) seria a responsável pelos pregões que poderiam ser arrematados pelo produtor rural. O objetivo da Agricultura seria permitir o uso da subvenção na aquisição de uma apólice de seguro rural.

O texto foi suspenso após conversas de técnicos do Ministério da Agricultura com o Ministério da Fazenda. A publicação foi considerada "um atropelo", já que as regras ainda não haviam sido discutidas entre as duas Pastas. Ontem à tarde, técnicos responsáveis pela área de seguros foram ao gabinete do ministro Antônio Andrade para discutir o assunto. Em seguida, os servidores foram à Fazenda e foi tomada a decisão de suspender o despacho.

Segundo o Plano Trienal do Seguro Rural (PTSR), o governo prevê gastar R\$ 400 milhões em 2013, R\$ 459 milhões em 2014 e R\$ 505 milhões em 2015. Apesar de já existir o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), o governo quer ampliar a gama de produtores que contratam seguros.

Os percentuais de subvenção variam de 70% do valor do seguro, no caso de feijão, milho, trigo, e até 30% para o setor aquícola. Os limites máximos subvencionáveis, porém, variam de R\$ 96 mil para o setor agrícola a R\$ 32 mil para os setores pecuário, florestal e aquícola.

Governo tem planos para resolver problemas territoriais dos índios. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 22/08/2013

MMA destinará R\$ 4 milhões para apoiar a elaboração de planos de gestão ambiental

O governo federal investirá na promoção do diálogo e da integração para solucionar a questão territorial indígena brasileira. A decisão foi anunciada, na manhã desta quinta-feira (22/08), em Brasília, durante reunião extraordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI). O encontro, do qual participou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, serviu de debate de prioridades e demandas entre representantes do governo e de comunidades envolvidas na questão de todo o país.

A ação conjunta das diversas esferas do poder público e da sociedade civil aparece entre os principais mecanismos de inclusão dos indígenas. “Deve ser estabelecido um espaço de diálogo não só entre o Executivo, mas também com o Legislativo e com o Judiciário”, ressaltou Izabella Teixeira. De acordo com a ministra, quanto maior for a participação de todos os setores envolvidos no tema, melhores serão os resultados no desenvolvimento de políticas destinadas à população indígena.

Entre as ações do MMA voltadas para a questão, a ministra destacou a chamada pública, lançada em abril, que destinará R\$ 4 milhões para apoiar a elaboração de Planos de Gestão Territorial Ambiental em áreas indígenas. O período de envio de propostas já se encerrou e 16 projetos foram aprovados. Segundo Izabella, a previsão é que a primeira fase de aplicação dos recursos comece em setembro.

FORTALECIMENTO

A reunião tem o objetivo de viabilizar um canal de comunicação e engajamento das

comunidades locais nas iniciativas governamentais. “Essa mesa redonda simboliza o fortalecimento do diálogo do governo com os povos indígenas no sentido de pensar e propor políticas públicas”, analisou a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, defendeu a inclusão social das comunidades em todos os sentidos. “Os povos indígenas devem ter o direito à demarcação de terras, à saúde e a vários outros aspectos”, exemplificou. “O processo de inclusão é uma garantia essencial para que a gente possa fazer parte dos debates e propor encaminhamentos”, emendou Pierlângela Wapichana, representante dos indígenas da Região Amazônica.

Incrá articula criação de grupo interministerial de governança fundiária no Brasil – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/08/2013

Construir uma política de governança fundiária que abranja todo o território nacional por meio de uma articulação com vários órgãos públicos e privados é a proposta do LGAF, (Land Governance Assesment Framework), projeto desenvolvido pelo Banco Mundial. A proposta foi apresentada na tarde da última quarta-feira (21), na sede do Incra, na reunião do grupo de trabalho interministerial que estuda a elaboração dessas diretrizes no Brasil.

O LGAF traz como proposta a criação de um grupo que atue conjuntamente em várias frentes, de forma articulada, pensando a questão fundiária no Brasil como um todo. Essas ideias foram apresentadas pelo professor doutor Bastiaan Philip Reydon, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), coordenador executivo do grupo, que discute o tema junto ao Banco Mundial.

O presidente do Incra, Carlos Guedes, destacou o compromisso da autarquia em concretizar o grupo. “O Incra está empenhado em trabalhar para essa integração interministerial. Nessa reunião estamos construindo esse caminho, dando o pontapé inicial”, afirmou.

A reunião de apresentação da proposta preliminar do LGAF para o Brasil contou com a participação dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Cidades, Meio Ambiente (MMA), Agricultura, Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama), Ministério Público Federal (MPF) e Banco Mundial.

“O que temos que ter em mente é que todos os países têm problemas. Vamos estar diante de diversas dificuldades, mas isso é comum mundo afora. O Brasil tem avanços em leis e ações, que muitos países não têm. Trabalhamos minorias, índios, quilombolas, isso é especial”, observou Bastiaan Reydon.

Como pontos fortes do País, o estudo preliminar apontou a transparência nas ações, a vontade dos governos de trabalhar a questão fundiária e o esforço na resolução constante de conflitos.

Já entre os problemas da governança no Brasil o estudo destaca os aspectos legais e institucionais da questão. “Há um excesso de legislação voltada para as áreas específicas. Leis que tratam de muitas questões, que se contradizem e que não formam uma integração legislativa. Isso é muito negativo”, registrou Bastiaan.

Outro ponto avaliado é a ausência de um cadastro único, com troca de informações entre os diversos setores e ainda políticas distintas por conta da falta de integração. “Temos ainda a limitação dos cartórios, que são inúmeras, e a questão da tributação. Uns acham que o ITBI não deveria ser cobrado para estimular a regularização fundiária. Já há outros que não acreditam que isso possa solucionar o problema”, completa.

Mas o coordenador salientou que não se pode negar os avanços que a questão fundiária tem tido nos últimos anos. Ele se referiu à legislações como a Lei 10.267, que aproximou o Incra das informações cartoriais. “Outro ponto positivo a ser levantado é o CAR (Cadastro Ambiental Rural) e a criação de um cadastro conjunto entre a Receita Federal e o Incra”.

“O Estado brasileiro deve assumir o seu papel de exercer a governança fundiária de forma interministerial. Nosso grande desafio é regularizar a terra. Por isso a criação de um grupo de trabalho para integrar um sistema de informações. Não é algo intransponível, é um problema de gestão”, reiterou o coordenador do projeto.

Para ele, deve ser criado um Sistema Nacional de Governança Fundiária. “Tudo num só lugar, integrado. É algo assim que imagino. Tem que ser algo coletivo, todos juntos”, acrescentou. Entre os objetivos do grupo foram firmadas a articulação entre os órgãos, a coordenação entre as ações e os estudos, e a interlocução entre o governo e os demais órgãos envolvidos.

Corpo de trabalhador rural é encontrado em fazenda de Daniel Dantas no Pará. Agência Brasil - Site da Carta Capital, Política. 23/08/2013

Segundo ONGs, o tratorista foi morto por seguranças da propriedade ao cobrar dívida de R\$ 18 mil

A Polícia Civil do Pará localizou nesta quinta-feira 22 na Fazenda Lagoa do Triunfo, em São Félix do Xingu, sul do estado, o corpo do trabalhador rural Welbert Cabral Costa, 26 anos, desaparecido desde 24 de julho. Segundo organizações civis de defesa dos direitos humanos, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Comissão Estadual de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o tratorista foi morto

por seguranças da propriedade, na qual trabalhava, ao cobrar 18 mil reais de direitos trabalhistas.

A Fazenda Lagoa do Triunfo pertence à Agro Santa Bárbara, que tem entre os acionistas o banqueiro Daniel Dantas, do Grupo Opportunity. Segundo a Polícia Civil paraense, o corpo foi encontrado no interior da fazenda, a cerca de 15 quilômetros da entrada principal, onde, segundo testemunhas, Costa teria sido baleado por um segurança.

Auxiliados por bombeiros e peritos criminais, os policiais civis só chegaram ao local onde o corpo estava após receberem uma denúncia anônima. O corpo estava em estado avançado de decomposição e, embora tenha sido identificado por um irmão da vítima, ainda terá que ser submetido a uma necropsia no Instituto Médico-Legal (IML) de Marabá (PA). Uma caminhonete da Agro Santa Bárbara vai ser periciada, porque a polícia suspeita de que o veículo foi usado para transportar o corpo até o local em que foi encontrado.

Detalhes como os autores e a motivação do crime ainda estão sendo apurados, mas a Justiça Estadual já autorizou a prisão preventiva do capataz Maciel Berlanda do Nascimento, 31 anos, e do fiscal de serviços, Divo Ferreira, 44 anos. Os dois são os principais suspeitos do assassinato e estão desaparecidos desde o dia do crime.

De acordo com a Polícia Civil, testemunhas contaram ter visto Ferreira atirar em Costa. Depois, ele recebeu ajuda de Nascimento para ocultar o corpo. A polícia disse ter encontrado munição de calibres variados, um coldre de revólver e uma mira telescópica na casa de Ferreira. Já no interior da fazenda, policiais apreenderam duas armas de fogo, de calibres 36, e um estojo de espoletas (munição).

Em uma nota conjunta divulgada no dia 9 de agosto, CPT, OAB, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) disseram que, segundo moradores da região, esse não seria o primeiro homicídio praticado no local com as mesmas características e motivação. Por isso, acreditam que exista um cemitério clandestino na propriedade.

O Grupo Santa Bárbara tem sido associado pela CPT a conflitos agrários no sul paraense. Em julho do ano passado, cerca de 400 integrantes da Fetagri ocuparam a Fazenda Itacaiúnas, em Marabá, que também pertence à Agro Santa Bárbara. Um mês antes, mais de 300 sem-terra haviam ocupado outra propriedade do grupo, a Fazenda Cedro, também em Marabá.

Apenas entre 2008 e 2012, a Agro Santa Bárbara alega ter registrado mais de 200 boletins de ocorrência contra invasões do MST a propriedades como a Fazenda Maria Bonita, em Eldorado dos Carajás (PA). Por outro lado, a empresa já foi processada por desmatamento ilegal e alvo de uma operação que encontrou trabalhadores em condições análogas às de escravidão.

Em um relatório divulgado em agosto de 2012, a CPT identifica a existência de 38 lideranças e trabalhadores rurais ameaçadas de morte nas regiões sul e sudeste do Pará em decorrência da luta pela terra. Além disso, entre 1996 e 2010, 799 trabalhadores rurais foram presos, 809 foram ameaçados de morte e 231 foram assassinados no estado. Ainda segundo a CPT, no mesmo período, mais de 31 mil famílias foram despejadas ou expulsas de 459 áreas reivindicadas para assentamentos da reforma agrária.

Terras de propriedade da SLC Agrícola são avaliadas em R\$ 2,68 bilhões. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 26/08/2013

SÃO PAULO - A SLC Agrícola acaba de informar à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que as terras em sua propriedade foram avaliadas em R\$ 2,68 bilhões pela consultoria Deloitte Touche Tohmatsu em 30 de junho. No mesmo período de 2012, o cálculo indicava um valor total de R\$ 2,32 bilhões.

Segundo a empresa, “a avaliação considerou apenas a terra nua, não contemplando, portanto, prédios, instalações, benfeitorias e maquinário”. A avaliação procura calcular o montante provável que seria obtido pela SLC Agrícola caso esta optasse por vender as terras na data de referência, voluntariamente e segundo as condições vigentes no mercado. Mas o resultado não representa os valores efetivos de negociação.

Sob controle direto da SLC Agrícola há atualmente 11 propriedades distribuídas em seis Estados (Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Mato Grosso, Bahia e Piauí), com uma área total avaliada de 231,9 mil hectares, quase 2 mil a menos que em 30 de junho de 2012. Nas mãos da controlada LandCo há outras três propriedades (duas na Bahia e uma no Maranhão), com um total de quase 291 mil hectares.

Fábrica de fertilizantes da Petrobras deve começar a produzir em 2014. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 26/08/2013

SÃO PAULO - A unidade de fertilizantes nitrogenados da Petrobras em Três Lagoas (MS) deverá começar a produzir em setembro de 2014, segundo Paulo Lucena, gerente geral de marketing, comercialização e logística de fertilizantes da Petrobras. O investimento é de US\$ 2,5 bilhões na unidade que deverá produzir 1,21 milhão de toneladas de ureia granulada. A planta atenderá à demanda agrícola de nitrogênio no Centro-Sul do país.

Os outros projetos da Petrobras, que ainda estão sendo estudados, incluem uma unidade de Gás Químico em Linhares (ES), uma de amônia em Uberaba(MG) . Uma fábrica de sulfato de amônio no Sergipe já está em fase de início de produção, prevista para novembro deste ano.

Juntos, todos os projetos da estatal deverão produzir em 2018 3,165 milhões de toneladas de ureia; 2,755 milhões de toneladas de amônia; 303 mil toneladas de sulfato de amônio e 276 mil toneladas de ácido sulfúrico, segundo Lucena.

Nutriplant afirma que novo patamar do dólar beneficia receitas. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 27/08/2013

SÃO PAULO - Em apresentação de resultados e perspectiva divulgada nesta terça-feira à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa de fertilizantes especiais Nutriplant apontou que as receitas da companhia devem se beneficiar do novo patamar do dólar, já que os preços dos produtos vendidos são prioritariamente determinados pelo mercado internacional.

Há quase duas semanas, a Nutriplant divulgou seu resultado semestral. A empresa registrou resultado líquido negativo de R\$ 3,6 milhões no primeiro semestre de 2013, ante prejuízo líquido de R\$ 9 milhões no mesmo período de 2012. A receita líquida atingiu R\$ 18,8 milhões na primeira metade deste ano, 17% menor que os R\$ 22,8 milhões de negócios recorrentes de igual intervalo de 2012 (a receita líquida de R\$ 24,5 milhões não inclui R\$ 1,7 milhão de receitas do negócio de micronutrientes para aplicação via solo, vendido em junho de 2012).

Na apresentação, a companhia diz que o dólar mais valorizado favorece exportadores e aumenta sua renda disponível para investir em tecnologias que busquem aumentar a produtividade de suas lavouras.

Além disso, a Nutriplant afirma que a conclusão da transferência da operação de fertilizantes especiais de Paulínia para Barueri (SP) no primeiro semestre de 2013 “permitirá maior foco no crescimento das vendas”. A companhia também informa que novas parcerias com revendas agropecuárias em regiões estratégicas vão trazer resultados nos próximos trimestres.

A Nutriplant apresentou ainda que o número de acionistas subiu de 78 para 130 desde junho de 2012. O volume negociado de ações aumentou de R\$ 227 mil no primeiro semestre de 2012 para R\$ 820 mil nos primeiros seis meses deste ano.

Coamo aprova investimentos de R\$ 465 milhões até 2015. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 27/08/2013

Com o intuito de reduzir o déficit de armazenagem e agilizar o recebimento de produtos agrícolas, a paranaense Coamo, maior cooperativa agrícola da América Latina, aprovou ontem um programa que prevê investir R\$ 465 milhões nos próximos três anos na ampliação, modernização e construção de quatro novas unidades de armazenagem.

A maior parte desses recursos será investida na modernização da estrutura de recebimento de produtos agrícolas, disse ao Valor o presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini. "O pessoal não quer mais esperar em fila. Estamos investindo o grosso no fluxo de recebimento", afirmou ele.

Entre os investimentos na estrutura de recebimento, citou Gallassini, estão a automação do processo de classificação dos produtos agrícolas e a ampliação da capacidade dos elevadores utilizados no descarregamento dos produtos agrícolas nos entrepostos da cooperativa.

Já na área de armazenagem, Gallassini prevê uma aumento de capacidade de quase 10%. Atualmente, a Coamo tem capacidade para armazenar 84 milhões de sacas. Com os investimentos, essa condição aumentará em mais 8 milhões de sacas. Ao todo, 67 entrepostos da Coamo, distribuídos nos Estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Paraná, receberão aportes em modernização e ampliação armazenagem.

"Esse aumento é para evitarmos aluguel de armazém e remoção de produto na época em que o frete esta nas alturas", afirma Gallassini. O executivo estima que o déficit de armazenagem da cooperativa seja de 38 milhões de sacas. "Nunca vamos ser autossuficientes em armazenagem, e nem seria econômico", afirma.

Com os investimentos, a Coamo pretende, ainda, estender sua estrutura de armazenagem em regiões do interior dos Estados em que a cooperativa atua. É nesse contexto que os investimentos também incluem a construção de quatro unidades de armazenagem, nos municípios de Bom Jesus (SC), Ponta Porã (MS), Maracaju (MS) e Santa Maria do Oeste (PR).

Os investimentos aprovados ontem também incluem uma revisão no orçamento de um moinho de trigo que a Coamo está construindo. Orçado inicialmente em cerca de R\$ 80 milhões, a obra custará agora quase R\$ 100 milhões. Essa elevação se deve, sobretudo, aos custos de construção civil mais salgados do que o inicialmente planejado, segundo Gallassini. A previsão da cooperativa é inaugurar o moinho no segundo semestre de 2014. A unidade terá capacidade para processar 500 toneladas do cereal por dia.

Com a aprovação do investimento, a Coamo avaliará agora as linhas de financiamento mais atrativas. Entre elas está a linha de armazenagem do BNDES, disse Gallassini. Segundo ele, a Coamo pretende financiar até 90% do investimento aprovado. No ano passado, a cooperativa paranaense registrou uma receita líquida recorde de R\$ 7,15 bilhões.

Senado aprova o PLC 42/2012, que trata da Sucessão Rural – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 27/08/2013

O Plenário do Senado Federal aprovou na noite desta terça-feira, 27 de agosto, o texto substitutivo da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) ao Projeto de Lei da

Câmara (PLC) 42/2012 – Complementar. A proposta, de autoria do Poder Executivo, possibilita ao(à) agricultor(a) familiar, herdeiro(a) de parte de uma propriedade rural, utilizar recursos do Fundo de Terras para financiar a compra da área dos outros herdeiros. Com a aprovação final, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) passa a ser uma importante opção para a juventude, pois ao financiar a sucessão da propriedade ele contribui para permanência do jovem no campo e para a consolidação do regime de propriedade da agricultura familiar.

A matéria recebeu 63 votos a favor e nenhum contra. Por se tratar de lei complementar, a proposta necessitava de pelo menos 41 votos favoráveis.

O relator da matéria na CRA, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), acrescentou no texto a ampliação do prazo de amortização dos financiamentos de 20 para 35 anos.

Waldemir Moka também alterou a proposta para ampliar o tempo de carência, de 36 para 60 meses, para propriedades com atividades de retorno financeiro mais demorado, como nos casos de cultivo de café ou de seringueira ou ainda de reflorestamento. O substitutivo da CRA estabelece ainda a obrigatoriedade de seguro para cobertura de casos de invalidez ou morte de um dos titulares do contrato de financiamento, dando aos filhos, à viúva ou ao viúvo a possibilidade de manter a posse do imóvel e a atividade produtiva.

Agora, a matéria retorna para a Câmara dos Deputados.

A CONTAG comemora mais uma conquista, fruto de reivindicações do Grito da Terra Brasil.

Receita do setor de implementos agrícolas cresceu 16,4% até julho. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 28/08/2013

SÃO PAULO - O faturamento nominal do setor de máquinas e implementos agrícolas da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) subiu 16,4% de janeiro a julho deste ano ante igual intervalo de 2012, para R\$ 7,185 bilhões.

Na mesma base de comparação, as exportações aumentaram 4,6% em receita, revertendo a tendência de queda observada nos últimos meses, para US\$ 561,9 milhões. Já as importações recuaram 17,4%, totalizando US\$ 367,2 milhões. Os números foram divulgados hoje pela Abimaq.

Até o primeiro semestre do ano, as compras internacionais já haviam recuado, contrariando a tendência observada em 2012. No mês passado, Gilberto Zancopé, presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas (CSMIA, da Abimaq), havia comentado ao Valor que o recuo era em função da alta da moeda americana frente ao real.

A expectativa da CSMIA é que a receita do setor neste segundo semestre deverá recuar diante da base de grande crescimento no mesmo período do ano passado.

Direitos indígenas: basta cumprir a lei. Padre Ton – Site da Carta Capital, Política. 28/08/2013

Os direitos fundamentais não podem ficar ao sabor da vontade de uma maioria parlamentar circunstancial.

“Ninguém pode tornar-se dono de uma terra ocupada por índios. Quem tiver adquirido, na realidade não adquiriu coisa alguma.” – Dalmo Dallari, Jurista.

Uma onda conservadora comandada pelos agentes do agronegócio e da mineração no Congresso Nacional se eleva contra os povos indígenas a fim de abolir os direitos por eles conquistados e reconhecidos na Constituição Federal de 1988.

Historicamente, a postura do Estado brasileiro em relação aos povos originários evoluiu da política do extermínio, no início da colonização, ao reconhecimento dos direitos originários, passando pelas tentativas de integração forçada, renegando suas identidades em nome da inserção à nação brasileira, de forma acentuada no período militar.

A poucos dias de completar 25 anos da promulgação da Constituição cidadã, sem dúvida a mais avançada de nossa história, os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam continuam a ser negados aos povos indígenas. Pior que isso, as mesmas forças que tentaram impedir o reconhecimento dos primeiros ocupantes desta terra como sujeitos de direito durante a constituinte, atuam cinicamente para retirá-los da Carta Magna.

Em uma primeira linha de ação, a tropa de choque do agronegócio e do setor mineral pretende transferir para o Congresso Nacional, onde não há representação indígena, a competência para dar a última palavra sobre a demarcação das terras indígenas e, em outra frente, desfigurar o texto constitucional de forma a impedir a sua aplicação. Se as propostas de emenda à Constituição 215, 038, 237 e o projeto de lei 227 forem aprovados como querem essas bancadas, nunca mais teremos uma terra indígena demarcada, um território quilombola titulado ou uma unidade de conservação criada no Brasil.

A manobra política empreendida pela bancada ruralista no Congresso contra as minorias indígenas representa grave violação dos direitos coletivos dessas populações e, conseqüentemente, uma afronta ao estado de direito por se tratar de tendência a abolição de cláusula pétreia de nosso Estatuto Básico. Um país que se pretende democrático e respeitado internacionalmente não pode permitir o aniquilamento dos direitos das minorias. Ainda mais sem ouvi-las, ao arripio da Convenção 169, da OIT, da qual o Brasil é signatário.

Não há mais o que legislar em relação aos direitos indígenas; o que precisa é cumprir a Constituição. A esperança é que o STF acolha o mandado de segurança impetrado pela Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Indígenas, vede a criação de comissão especial anunciada pelo Presidente da Câmara, deputado Henrique Alves, para o próximo dia 4 e, em caráter definitivo, exclua da deliberação da Câmara dos Deputados a proposta de emenda constitucional 215.

Somente o Supremo, como legítimo guardião da Constituição da República, pode impedir esse recuo ilegal do arcabouço jurídico do país. Os direitos fundamentais não podem ficar ao sabor da vontade de uma maioria parlamentar circunstancial, que se coloca a serviços de grupos econômicos interessados em avançar sobre as terras indígenas.

* Padre Ton é presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, é Deputado Federal pelo PT-RO e ex-prefeito de Alto Alegre dos Parecis (RO).

Financiamentos de máquinas e implementos agrícolas têm alta – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 29/08/2013

Crédito concedido aumentou 61,7% em julho deste ano em relação ao mesmo mês do ano passado

Os empréstimos autorizados por meio do Programa de Sustentação de Investimento (PSI-BK), em julho de 2013, apresentaram alta de 61,7% sobre o mesmo período da safra anterior. Esta modalidade permite que o produtor rural financie a aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

Com a taxa de juros de 3,5% e a programação de R\$ 7 bilhões em recursos pelo PSI-BK, já foram aplicados no primeiro mês da safra deste ano R\$ 915,6 milhões. No mesmo mês da safra 2012/13 o valor atingido foi de R\$ 566,3 milhões.

Para o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Neri Geller, este resultado é devido à melhora nas condições de crédito nas modalidades de investimento, afirma que o governo está comprometido com o setor.

Os financiamentos para a agricultura empresarial na aplicação de julho de 2013 somaram R\$ 9,5 bilhões, um aumento de 55% em relação ao mesmo mês da safra anterior, que foi de R\$ 6,1 bilhões.

A avaliação das contratações do crédito agrícola é atualizada mensalmente pelo Grupo de Acompanhamento do Crédito Rural, coordenado pela Secretaria de Política Agrícola (SPA/Mapa).

Programa do Mapa incentiva a sucessão familiar – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 29/08/2013

Menos jovens deixam o campo com as melhorias promovidas pelo Programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários

Um dos motivos do êxodo rural é a falta de oportunidades geradoras de renda e a baixa qualidade de vida para o jovem permanecer no campo. Jones Klock, filho do senhor Ambrósio e Dona Teresinha, donos de uma pequena propriedade de 16 hectares, produtora de leite na região das Missões no Rio Grande do Sul, conhece esse realidade de perto. Jones vinha insatisfeito, inclinado a deixar a zona rural e buscar melhores condições nos centros urbanos, dada sua intensa rotina diária, quando já não tinha tempo para outra coisa senão “servir o rebanho”.

A fazenda trabalhava com um sistema de semi-confinamento, onde os animais passavam boa parte do tempo na sala de alimentação e chegavam a receber até 35 kg de silagem por vaca ao dia. Após um ano da chegada da metodologia PISA em sua propriedade, Jones observou uma redução de 57% na oferta diária de silagem. A estratégia adotada, aliada ao adequado planejamento forrageiro e bom manejo do pastoreio, permitiu ainda dobrar a área disponível para pastos de verão. Os resultados mostraram um aumento de 19% no número de vacas em lactação e um sensível aumento na produção diária por cabeça.

A saída do campo é um problema da sociedade, mas que pode começar a ser resolvida no núcleo familiar com modos adequados de trabalho e produção. Esta é uma das metas do Programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários (Pisa), uma ferramenta desenvolvida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para difusão de tecnologias de adequação do processo produtivo de propriedades rurais.

"O Programa visa à produção de alimentos seguros e de alta qualidade, dando condições aos pequenos e médios produtores consolidarem seus filhos e netos na terra, evitando o êxodo rural e o inchaço nas periferias dos centros urbanos", explica o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Mapa, Caio Rocha. Corresponde-se, assim, com uma das maiores expectativas mundiais: que o Brasil continue desempenhando o papel de grande produtor e exportador de alimentos para o mundo.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa